

REVISTA
BRASILEIRA
DE **SEGURANÇA PÚBLICA**

Volume 9

Número 1

fevereiro/março 2015



**FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA**

ISSN 1981-1659

Expediente

Esta é uma publicação semestral do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

ISSN 1981-1659

Rev. Bras. segur. pública vol. 9 n. 1 São Paulo fev/mar 2015

Comitê Editorial

Arthur Trindade Maranhão Costa - Editor Chefe (Universidade de Brasília - Brasília / Distrito Federal / Brasil)

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - Porto Alegre/ Rio Grande do Sul/ Brasil)

Renato Sérgio de Lima (Fórum Brasileiro de Segurança Pública - São Paulo / São Paulo / Brasil)

Conselho editorial

Elizabeth R. Leeds (Centro para Estudos Internacionais (MIT) e Washington Office on Latin America (WOLA)/ Estados Unidos)

Antônio Carlos Carballo (Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro/ Rio de Janeiro/ Brasil)

Christopher Stone (Open Society Foundations - Nova Iorque/ Estados Unidos)

Fiona Macaulay (University of Bradford - Bradford/ West Yorkshire/ Reino Unido)

Luiz Henrique Proença Soares (Fundação SEADE - São Paulo/ São Paulo/ Brasil)

Maria Stela Grossi Porto (Universidade de Brasília - Brasília/ Distrito Federal/ Brasil)

Michel Misse (Universidade Federal do Rio de Janeiro - Rio de Janeiro/ Rio de Janeiro/ Brasil)

Sérgio Adorno (Universidade de São Paulo - São Paulo/ São Paulo/ Brasil)

Equipe RBSP

Beatriz Rodrigues, Cauê Martins, Cláudio Dantas Monteiro, David Marques, Laís Figueiredo, Patrícia Nogueira Pröglhöf

Revisão de textos

Denise Niy

Traduções

Paulo Silveira e Miriam Palacios Larrosa

Capa e produção editorial

Urbania

Endereço

Rua Mário de Alencar, 103

Vila Madalena - São Paulo - SP - Brasil - 05436-090

Telefone

(11) 3081-0925

E-mail

revista@forumseguranca.org.br

Apoio

Open Society Foundations e Ford Foundation.

Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Elizabeth Leeds - Presidente de Honra

Humberto Viana - Presidente do Conselho de Administração

Renato Sérgio de Lima - Vice-Presidente do Conselho de Administração

Samira Bueno - Diretora Executiva

Conselho de Administração

Humberto Viana

Cristiane do Socorro Loureiro Lima

Danillo Ferreira do Nascimento

Luís Flávio Saporì

Luiz Antônio Brenner Guimarães

Marcos Aurélio Veloso e Silva

Renato Sérgio de Lima

Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo

Sérgio Roberto de Abreu

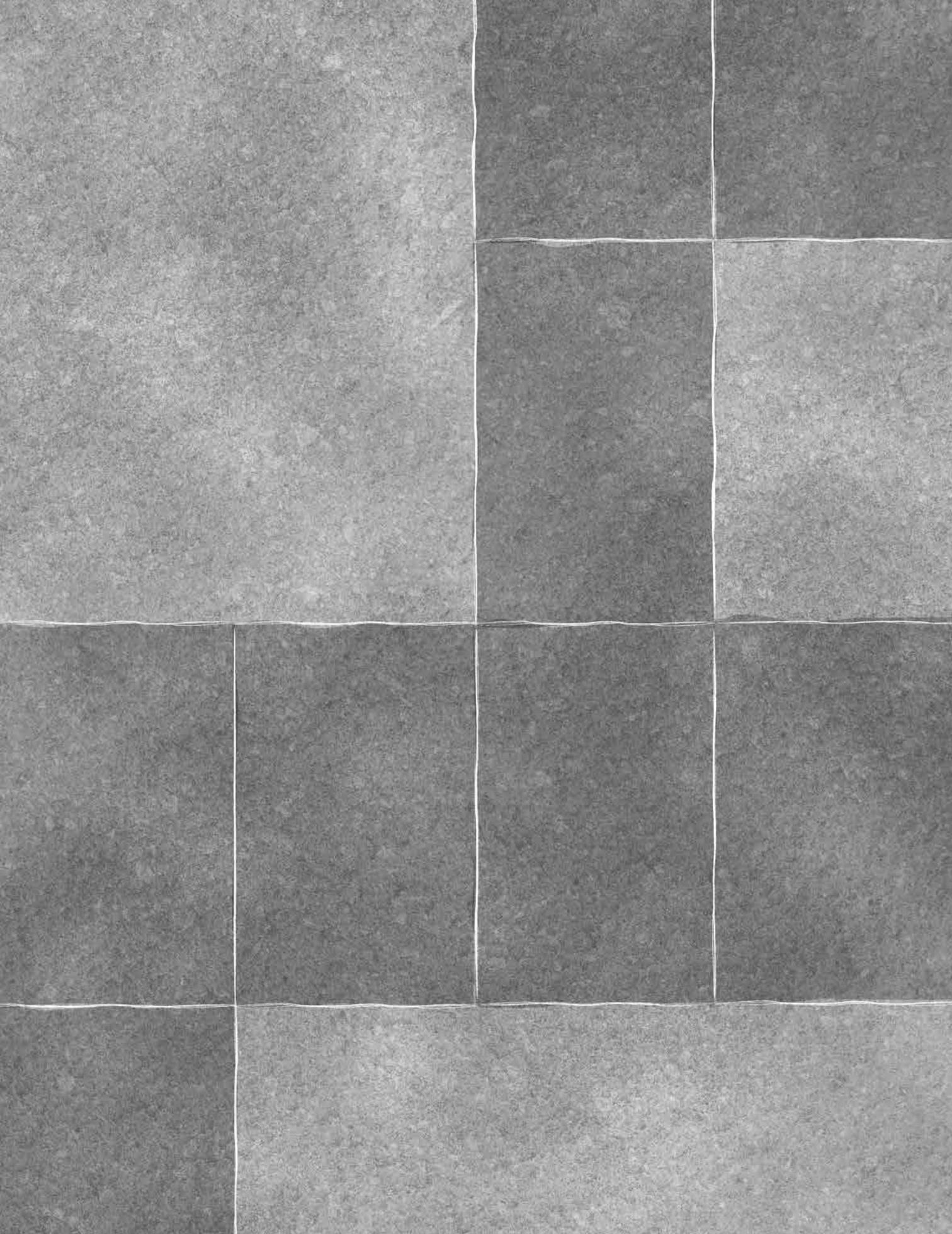
Sílvia Ramos de Souza

Sumário

Apresentação	Dossiê: Ensaio da mudança em polícias de países lusófonos 6 <i>Cristina Zackseski</i>
Dossiê	O inquérito policial e a divisão do trabalho jurídico-penal no Brasil: discursos e práticas 12 <i>Bruno Amaral Machado</i>
	O(s) saber(es) e a formação como <i>nómos</i> de afirmação dos modelos constitucionais de polícia 34 <i>Manuel Monteiro Guedes Valente</i>
	Aspectos sobre os saberes policiais investigativos: a superação de alguns desafios 50 <i>Célio Jacinto dos Santos</i>
	Reformar a polícia ou reformar o seu discurso? Uma análise da chegada da filosofia de policiamento comunitário a uma organização policial militar brasileira 62 <i>Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro e Ana Maria Alemão Montandon</i>
	Fluxos e dinâmicas do sistema de justiça criminal nas representações sociais dos operadores envolvidos 82 <i>Maria Stela Grossi Porto</i>
	Cooperação internacional e construção de um modelo original de polícia em Angola 102 <i>Cristina Udelsmann Rodrigues</i>
	Formação internacional, comunidades de saberes e mudança institucional: os oficiais de polícia africanos formados em Lisboa 122 <i>Susana Durão e Daniel Seabra Lopes</i>
Artigos	Direitos Humanos e atuação policial: percepções dos policiais em relação a uma prática cidadã 140 <i>Simone Maria Santos e Livia Henriques Oliveira</i>
	A predisposição para chamar a polícia: um estudo sobre a percepção do desempenho e da confiabilidade das instituições policiais 158 <i>Almir de Oliveira Junior e Rafael Augusto da Costa Alencar</i>
	Escala de Atitudes diante da Delinquência: validade e precisão 172 <i>Carlos Eduardo Pimentel, Thiago Gomes Nascimento, Giovanna Barroca Moura, Anny Edze Maia Clementino e Larissa Souza Soares</i>
	Plano de Comando da Polícia Militar de Santa Catarina: a construção de um modelo de gestão por meio da MCDA-C 184 <i>Nazareno Marcineiro, Jorge Eduardo Tasca, Izaías Otacilio da Rosa, Leonardo Ensslin e Fernando Antônio Forcellini</i>
	Homicídios no Distrito Federal: retratos e relatos 212 <i>Bilmar Angelis de Almeida Ferreira, Eduardo Ferreira Coelho e Jane de Oliveira Rabelo de Almeida</i>
Nota técnica	Policiamento Orientado à Solução de Problemas na Polícia Militar do Estado de Santa Catarina 232 <i>Igor Araújo Barros de Moraes e Thiago Augusto Vieira</i>
Regras de publicação 250

Table of Contents

Presentation	Dossier: Attempts at changing police organizations in Portuguese-speaking countries 6 <i>Cristina Zackseski</i>
Dossier	The division of labor in the realm of criminal justice and police investigation in Brazil: discourse and practice 12 <i>Bruno Amaral Machado</i>
	Training and skills that consolidate the development of police models 34 <i>Manuel Monteiro Guedes Valente</i>
	Overcoming some challenges in the development of police investigation skills 50 <i>Célio Jacinto dos Santos</i>
	Police reform or police discourse reform? Analyzing the introduction of community policing practices in a Brazilian military police organization 62 <i>Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro e Ana Maria Alemão Montandon</i>
	Flows and dynamics of the criminal justice system and the social representations shared by its agents 82 <i>Maria Stela Grossi Porto</i>
	International cooperation and the development of a new police model in Angola 102 <i>Cristina Udelsmann Rodrigues</i>
	International training, knowledge communities and institutional change: African police officers trained in Lisbon 122 <i>Susana Durão e Daniel Seabra Lopes</i>
Articles	Human Rights and police performance: police officer perceptions of ethical police practices 140 <i>Símore Maria Santos e Lívia Henriques Oliveira</i>
	Citizens' willingness to call the police: a study on the perception of police performance and trustworthiness 158 <i>Almir de Oliveira Junior e Rafael Augusto da Costa Alencar</i>
	An Attitude Scale on Criminal Activity: validity and accuracy 172 <i>Carlos Eduardo Pimentel, Thiago Gomes Nascimento, Giovanna Barroca Moura, Anny Edze Maia Clementino e Larissa Souza Soares</i>
	The Santa Catarina State Military Police Command Plan: designing a management model using the MCDA-C 184 <i>Nazareno Marcineiro, Jorge Eduardo Tasca, Izaías Otacilio da Rosa, Leonardo Ensslin e Fernando Antônio Forcellini</i>
	Murders in Brazil's Federal District: portraits and accounts 212 <i>Bilmar Angelis de Almeida Ferreira, Eduardo Ferreira Coelho e Jane de Oliveira Rabelo de Almeida</i>
Technical Note	Problem-Oriented Policing and the Military Police of the State of Santa Catarina 232 <i>Igor Araújo Barros de Moraes e Thiago Augusto Vieira</i>
Publishing Rules 250



Dossiê: Ensaios da mudança em polícias de países lusófonos

Cristina Zackseski

Este dossiê especial reúne uma série de artigos produzidos sobre contextos brasileiros, portugueses e africanos. Embora partindo de uma discussão relativa a várias modalidades e formatos da aprendizagem policial, os autores, no seu conjunto, problematizam propostas de mudança – quer na formação, quer na legitimidade e funcionamento – em corpos de polícia que têm em comum o fato de falarem em português, estabelecendo-se entre elas uma série de parcerias e redes internacionais nem sempre visíveis. Neste dossiê, as ciências sociais surgem em diálogo com o que hoje se conhece como campo das ciências policiais e da criminologia.

Em “O inquérito policial e a divisão do trabalho jurídico-penal no Brasil: discursos e práticas”, Bruno A. Machado contribui significativamente para nossa compreensão sobre a justiça criminal brasileira, analisando, a partir da teoria sistêmica, os discursos e práticas acerca do inquérito policial. O autor trabalha com material empírico coletado nos anos de 2008 e 2009 em cinco capitais de Estados da Federação do Brasil, revelando várias dificuldades de comunicação entre as diversas instituições e atores envolvidos na investigação criminal. As falas dos profissionais permitem-nos entender melhor algumas questões polêmicas da pauta atual da segurança pública, tais como a funcionalidade do inquérito e a capacidade de investigação dos policiais e do próprio Ministério Público.

Com forte conhecimento sobre diversas constituições democráticas, Manuel G. Valente, em “O(s) saber(es) e a formação como *nómos* de afirmação dos modelos constitucionais de polícia”, provoca em nós uma reflexão sobre o que designa pelo tecido jurídico-constitucional da lusofonia. A Constituição é, hoje, o elemento aferidor das polícias democráticas, pois esta pode criar diferentes linhas preceptivas ou programáticas do saber atuante das polícias. As Constituições dos Estados lusófonos afirmam-se em uma linha democrática de integração das polícias e de desenvolvimento ativo de cada instituição policial. As polícias lusófonas procuram assumir-se, cada vez mais, como rosto da sua Constituição e do seu regime político democrático ou democratizante.

Célio J. dos Santos, em “Aspectos sobre os saberes policiais investigativos: a superação de alguns desafios”, escreve sobre como se vão legitimando os vários saberes implicados no quadro de atuação policial no Brasil, desde os saberes policiais investigativos aos desafios emergentes dos militares, passando pelo papel transversal da inteligência policial. O autor apresenta ainda as formas de cooperação existentes entre a Polícia Federal e suas congêneres em países sul americanos e africanos. Tanto Manuel G. Valente como Célio J. dos Santos são peremptórios na defesa de um caminho civilista para o policiamento, distante de ditames militares. Ambos centram-se na importância do respeito pelo Estado de Direito para a afirmação da democracia nos saberes policiais, em seus processos de trabalho e na garantia da segurança nacional e internacional.

Um tema importante da segurança pública no Brasil é o Policiamento Comunitário. No texto “Reformar a polícia ou reformar o seu discurso? Uma análise da chegada da filosofia de policiamento comunitário a uma organização policial militar brasileira”, as pesquisadoras Ludmila Mendonça Lopes Ribeiro e Ana Maria A. Montandon descrevem com maestria o processo de chegada deste estilo de policiamento ao Brasil, a sua retomada e seus meandros. O artigo resulta de uma pesquisa documental nos arquivos de um ícone

A Constituição é, hoje, o elemento aferidor das polícias democráticas, pois esta pode criar diferentes linhas preceptivas ou programáticas do saber atuante das polícias.

Até hoje se enfrentam enormes dificuldades e resistências quando se ambiciona provocar mudanças nas polícias de Estado.

da Polícia Militar brasileira, o Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira. Ele trabalhou muito para dar à segurança pública carioca, nos dois governos Brizola, a perspectiva de segurança cidadã, investindo, entre outras coisas, na formação de policiais para lhes dar capacidade de ação compatível com o respeito aos Direitos Humanos, especialmente junto às comunidades carentes. Popular hoje em dia, mas ainda com dificuldades enormes de implantação, o Policiamento Comunitário era apontado já no início da década de 1980 como um caminho para que a polícia do Rio de Janeiro funcionasse como prestadora de serviços de segurança. Passados todos estes anos sem a presença do Cel. Cerqueira, assassinado em 1999, continuamos a aprender com ele acerca das razões pelas quais até hoje se enfrentam enormes dificuldades e resistências quando se ambiciona provocar mudanças nas polícias de Estado – algumas delas por razões político-ideológicas, outras por ignorância e outras ainda por medo do seu potencial transformador.

De fato, a transformação das culturas policiais no Brasil tem levado muito mais tempo do que os adeptos do policiamento comunitário imaginaram. Maria Stela Grossi Porto, com a sua conhecida trajetória de investigação sobre representações sociais, dá-nos a compreender muito a respeito da natureza das políticas de segurança brasileiras, ao apresentar uma brilhante análise de material coletado em 2013 sobre o funcionamento do sistema de justiça criminal na Área Metropolitana de Brasília, focando-se nos crimes de homicídio ocorridos em 2010. No texto “Fluxos e dinâmicas do sistema de justiça criminal nas representações sociais dos operadores envolvidos”, a autora mostra-nos – para além da já conhecida seletividade do sistema, descortinada pelos dados quantitativos – como as práticas dos atores do sistema e como as representações sociais dos peritos, delegados, promotores e juízes perfazem as *everyday theories* que orientam essa seletividade. Tais práticas e representações permitem-nos compreender as respostas obtidas no controle formal dos homicídios, que infelizmente têm uma grande incidência em nossa realidade atual. As respostas observadas a esses crimes, por incipientes,

acabam fragilizando ainda mais um sistema já descrito nas últimas décadas como sendo frouxamente articulado, mas que em tese deveria providenciar uma resposta justa.

Saindo do cenário brasileiro, o texto de Cristina U. Rodrigues, *Cooperação internacional e construção de um modelo original de polícia em Angola*, e o de Susana Durão e Daniel Seabra Lopes, “*Formação internacional, comunidades de saberes e mudança institucional: oficiais de polícia africanos em Lisboa*”, apostam na análise dos efeitos do programa de formação superior, conduzido pela Polícia de Segurança Públicas em Portugal (PSP) há mais de vinte e cinco anos, por intermédio do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPSI).

No período histórico posterior à descolonização, contemporâneo dos movimentos de redemocratização e pós-militarismo no cenário ocidental global, a referida instituição passa a assumir responsabilidade na formação intensiva de cadetes cooperantes de países lusófonos africanos e, em menor grau, mas com previsível intensificação, esta se alarga à colaboração na formação superior pós-graduada [lato sensu e stricto sensu] de policiais federais, civis e militares brasileiros. Cristina U. Rodrigues observa como o modelo de polícia híbrido angolano, fruto de múltiplas influências internacionais na sua reestruturação dos últimos trinta anos, abre caminho para a incorporação progressiva de orientações democráticas, nas quais a autora crê integrar-se o curso de formação de oficiais de polícia (com grau de mestrado) do ISCPSI. No entanto, todo este processo não se faz sem recuos e críticas, que testam a própria resistência dos alunos angolanos. Estes, de alguma forma, vão criando para si um estatuto diferente daqueles que não ousam passar cinco ou mais anos das suas vidas em formação em Lisboa, na antiga metrópole.

Susana Durão e Daniel Seabra Lopes provocam a literatura fatalista de antropólogos pós-coloniais que creem ser inócuos os programas de mudança impostos por agências

Torna-se imperioso refletir sobre o que significa ter no seio de países africanos – saídos de guerras civis e com histórias recentes e críticas de reconfiguração democrática dos seus Estados — oficiais cada vez mais academizados e estrangeirados.

internacionais de fomento dos Direitos Humanos em países africanos. A partir das experiências nas já referidas formas da cooperação para a formação e ensino superior de alunos cooperantes, que abrangem também Moçambique, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, os autores chamam a atenção para o que designam como “comunidades de saberes”, que se oferecem como sinalizações e apontamentos de mudança. Contudo, mais do que criticar ou aplaudir transformações, em um tempo curto que muitas vezes desafia as exigências da história, é necessário mergulhar nas experiências de ensino, transmissão e uso local de saberes policiais acadêmicos. Torna-se imperioso refletir sobre o que significa ter no seio de países africanos – saídos de guerras civis e com histórias recentes e críticas de reconfiguração democrática dos seus Estados — oficiais cada vez mais academizados e estrangeirados.

No seu conjunto, os textos contidos neste dossiê demonstram, com recurso a variada empiria, como é complexo, lento e crítico qualquer ensaio de mudança que abranja as realidades do policiamento de Estado.